



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO

CGC: 38.515.573/0001-20 - Inscrição Estadual: Isenta

Rua São José, 263 - Centro - Santana do Paraíso - MG - CEP 35167-000 - Tel./ Fax (033) 251-6206

PROJETO DE LEI Nº 185 /99

“Institui o Programa de Renda Mínima destinado às famílias carentes”.

O Povo do Município de Santana do Paraíso-MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprova:

Art. 1º- Fica criado o Programa de Garantia de Renda Mínima, com o objetivo de elevar o bem estar de famílias carentes com filhos ou dependentes menores de 14 anos, e, simultaneamente, incentivar a escolarização de seus filhos e dependentes entre 7 e 14 anos.

Parágrafo 1º- O referido Programa se destina as famílias que se enquadram, conforme artigo 5º e alíneas da Lei 9533/97, nos seguintes parâmetros:

- I – renda familiar per – capta inferior à meio salário mínimo;
- II – filhos ou dependentes menores de quatorze anos;
- III – comprovação, pelos responsáveis, da matrícula e frequência de todos os seus dependentes, entre sete e quatorze anos, em escola pública ou em programas de educação especial;

Parágrafo 2º- O apoio financeiro do Programa pôr família será calculado, sem prejuízo da diversidade dos programas passíveis de serem implantados pelo município, tendo pôr referência o limite máximo de benefício pôr família, dado pela seguinte equação:

Valor do benefício pôr família = R\$ 15,00 (Quinze Reais) X nº de dependentes de zero a quatorze anos – [0,5 (cinco décimos) X valor da renda per – capta], previsto no artigo 1º, parágrafo 2º da Lei 9533/97.

Parágrafo 3º-Para a realização de atividades intermediárias, funcionais ou administrativas na execução do Programa, não poderão ser gastos mais de 4% (quatro pôr cento) dos recursos que compõem a participação deste município e do governo federal.

Art. 2º- Observadas as condições definidas nos parágrafos 1º- e 2º- do At 1º-, os recursos municipais serão destinados exclusivamente às famílias que se enquadrarem nos seguintes parâmetros, cumulativamente :

- I- Renda familiar per capta inferior a ½ salário mínimo;
- II- Filhos ou dependentes menores de 14 anos;
- III- Comprovação, pêlos responsáveis, de matrícula e frequência igual ou superior a 90% das aulas mensais, de todos os filhos ou dependentes entre 7 e 14 anos, em escola pública ou em programa de educação especial;
- IV- Comprovação de residência no município de, no mínimo 5 anos.

Parágrafo 1º- Considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada pôr outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

Juarez Antônio da Costa
PREFEITO MUNICIPAL
SANTANA DO PARAÍSO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO

CGC: 38.515.573/0001-20 - Inscrição Estadual: Isenta

Rua São José, 263 - Centro - Santana do Paraíso - MG - CEP 35167-000 - Tel./ Fax (033) 251-6206

Parágrafo 2º- Serão computados para cálculo de renda familiar os rendimentos de todos os membros adultos que compõem a família, inclusive os valores concedidos a pessoas que já usufruam de programas federais instituídos de acordo com preceitos constitucionais, tais como previdência rural, seguro-desemprego e renda mínima a idosos e deficientes, bem como programas estaduais e municipais de complementação pecuniária.

Parágrafo 3º- No ato da inscrição da família, e, a qualquer tempo, a critério da Secretaria Municipal de Educação, será feita a aferição da renda familiar.

Parágrafo 4º-As informações declaradas na inscrição estão sujeitas à averiguação pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo 5º- Inexistindo escola pública ou vaga na rede pública na localidade de residência da criança, o que será atestado pela Secretaria Municipal de Educação, a exigência de que trata o inciso III do art. 2º poderá ser cumprida mediante a comprovação de matrícula em escola privada.

Art. 3º - As inscrições para o Programa serão realizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social e pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - No ato da inscrição, o requerente preencherá formulário próprio, devendo apresentar os seguintes documentos:

- I - carteira de identidade, carteira profissional, certidão de nascimento e CPF;
- II - comprovante de matrícula dos dependentes de 7 à 14 anos;
- III - comprovante de renda per capita inferior à meio salário mínimo.

Art. 4º - Será excluído do benefício, pelo prazo de cinco anos ou definitivamente, se reincidente, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar qualquer meio ilícito par obtenção de vantagens.

Parágrafo 1º - Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que gozar ilicitamente do benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento integral da importância recebida, em prazo a ser fixado pelo Poder Executivo, corrigida monetariamente com base no índice de correção aplicável aos tributos federais.

Parágrafo 2º - Ao servidor público ou agente de entidade conveniada que concorra para o ilícito previsto neste artigo, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa ou documento que deva produzir efeito perante o Programa, aplica-se, além das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro dos benefícios ilegalmente pagos, corrigidos com base no índice de correção dos tributos federais.

Art. 5º - O descumprimento da frequência escolar mínima pôr parte da criança cuja família seja beneficiada pelo Programa levará à imediata suspensão do benefício correspondente.

Art. 6º - No âmbito deste Município, caberá à Secretaria Municipal de Educação a implantação e a execução do Programa ora instituído.

Juarez Antônio da Costa
PREFEITO MUNICIPAL
SANTANA DO PARAÍSO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO

CGC: 38.515.573/0001-20 - Inscrição Estadual: Isenta

Rua São José, 263 - Centro - Santana do Paraíso - MG - CEP 35167-000 - Tel./ Fax (033) 251-6206

Art. 7º - Para o efeito do disposto no art. 212 da Constituição Federal, não serão consideradas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino os recursos despendidos pelo município nos gastos do Programa instituído nesta Lei.

Art. 8º - O apoio financeiro de que trata esta Lei será custeado com dotação orçamentária específica, a ser consignada a partir do corrente exercício.

Parágrafo 1º - Nos exercícios subsequentes, as dotações orçamentárias poderão ficar condicionadas à desativação de programa ou políticas de cunho social compensatório, no valor igual aos custos decorrentes desta Lei.

Parágrafo 2º - Os Projetos de Lei relativos à planos plurianuais e a diretrizes orçamentárias deverão identificar os cancelamentos e as transferências de despesas, bem como outras medidas necessárias ao financiamento do disposto nesta Lei.

Art. 9º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar Conselho Municipal, com participação da sociedade civil, para acompanhamento e avaliação da execução do programa deste município, composto por:

- I - Conselho Municipal e Assistência Social;
- II - Conselho Municipal de Saúde;
- III - Conselho Municipal de Educação;
- IV - Técnico da área.

Art. 10º - Fica a Secretaria Municipal de Educação incumbida de apresentar em 30 dias, ao Comitê Assessor Gestão de que trata o Decreto Presidencial n.º 2.609/98, plano de trabalho contendo todas as características previstas na Resolução n.º 16/98 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 11º - À Secretaria Municipal de Educação compete a elaboração de normas que disciplinarão os mecanismos de inscrição e seleção das famílias, bem como de execução do programa, com fundamento nos critérios estabelecidos nesta Lei, na Lei Federal n.º 9.533/97 e no Decreto n.º 2.609/98, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 2.728/98.

Parágrafo Único - Anualmente, em data previamente divulgada, a Secretaria Municipal de Educação fará o cadastramento das famílias-alvo do programa, com o objetivo de atualizar as informações e proceder aos ajustes necessários para o exercício seguinte.

Art. 12º - Na hipótese de haver empate no processo de seleção das famílias, terão prioridade os núcleos familiares que tiverem:

- I - menor renda familiar per - capta;
- II - maior número de filhos/dependentes de zero a 14 anos ;
- III - dependentes idosos ou deficientes sem qualquer rendimento;
- IV - crianças e adolescentes com medidas de proteção ou cumprindo medidas socioeducativas (arts. 101 e 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Junrez Antônio da Costa
PREFEITO MUNICIPAL
SANTANA DO PARAÍSO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO

CGC: 38.515.573/0001-20 - Inscrição Estadual: Isenta

Rua São José, 263 - Centro - Santana do Paraíso - MG - CEP 35167-000 - Tel./ Fax (033) 251-6206

Art. 13º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santana do Paraíso, 03 de março de 1.999.

JUAREZ ANTÔNIO DA COSTA
Prefeito Municipal

Aprovado em 12 votações
por unanimidade.

Em, 14/04/99.

PRESIDENTE DA CÂMARA

Aprovado em 12 votações
por unanimidade.

Em, 14/04/99.

PRESIDENTE DA CÂMARA

Aprovado em 12 votações
por unanimidade.

Em, 14/04/99.

PRESIDENTE DA CÂMARA